



# INTERVENÇÃO FEDERAL **um modelo para não copiar**



OBSERVATÓRIO DA  
**INTERVENÇÃO**

**cesec**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



Ordem e



# INTERVENÇÃO: UMA VELHA INVENÇÃO

---



A intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro foi uma invenção que já começou arcaica. Vendeu como novas velhas “soluções”. Uma tentativa cara e inócua de mudar um contexto complexo, usando táticas antigas, ao invés das reformas estruturais e políticas inovadoras que seriam necessárias. É, claramente, **um modelo que não deveria ser repetido em outras situações de crise no Brasil.**

Nas páginas seguintes, o leitor encontrará as razões para essa afirmação. Durante os dez meses de vigência da medida, a equipe do Observatório pesquisou, reuniu e analisou dados de diversas fontes para avaliar os resultados da gestão do Gabinete de Intervenção Federal (GIF). A conclusão é que a interferência dos militares e a injeção de R\$ 1,2 bilhão de reais de recursos federais **não produziram mudanças significativas na segurança pública do Rio.**

Essa avaliação decorre de fatos conhecidos e comprovados, inclusive estatisticamente, como os altos números de mortes violentas, que durante esses dez meses permaneceram no patamar de anos anteriores; o aumento da violência por parte de agentes do Estado; a ocorrência de crimes traumáticos e sem solução, como o assassinato de Marielle Franco e numerosas chacinhas; o elevado custo das operações; e a proliferação dos tiroteios, que impactaram a vida da população, particularmente em favelas e periferias.

Mesmo a queda do número de roubos de cargas, apregoada como uma das vitórias do GIF, já apresenta tendência de reversão, com a diminuição das operações que sufocaram locais de concentração desse delito. Reduções de certos crimes em determinadas regiões, como os homicídios na Baixada Fluminense, foram contrabalançadas pelo crescimento das ocorrências no Interior, em particular na Costa Verde.

E o que ficou da intervenção federal? Durante esses dez meses de 2018, não foram feitos investimentos significativos no combate aos grupos de milícias e à corrupção policial. A modernização da gestão das polícias também não foi priorizada – a renovação se restringiu à compra de equipamentos. Ao mesmo tempo, práticas violentas da polícia fluminense continuaram e se agravaram. **Em vez de modernizar, reformar ou mudar, a intervenção levou ao extremo políticas que o Rio de Janeiro já conhecia:** a abordagem dos problemas de violência e criminalidade a partir de uma lógica de guerra, baseada no uso de tropas de combate, ocupações de favelas e grandes operações.

Esse modelo desgastado já mostrou ser incapaz de produzir resultados efetivos. Seus efeitos, quando ocorrem, são revertidos logo após a saída das forças militares. É o que agora acontece: finda a intervenção federal, o Rio de Janeiro enfrenta os problemas de sempre e continua a ter os confrontos armados como principal política de segurança. Continua também a conviver com as práticas gerenciais antiquadas e estruturas sucateadas das polícias.

Com este relatório, o Observatório da Intervenção encerra as suas atividades e reafirma: **o Rio precisa de políticas consistentes e duradouras, que coloquem a vida em primeiro lugar.**

## OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO

### Coordenação

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes

### Coordenação do CESeC

Barbara Mourão

Julita Lemgruber

Leonarda Musumeci

Silvia Ramos

## EQUIPE DO OBSERVATÓRIO

### Coordenadora geral

Silvia Ramos

### Coordenador de pesquisa

Pablo Nunes

### Coordenadora de comunicação

Anabela Paiva

### Pesquisadores

Pedro Paulo da Silva

Walkiria Zambrzycki Dutra

### Articulador da rede de ativistas

Wesley Teixeira

### Analista de redes sociais

Diogo Santos

### Gerente

Ana Paula Andrade

## CONSELHO DE ATIVISTAS\*

Acari

Borel

Caxias

Cidade de Deus

Complexo do Alemão

FAFERJ

Maré

Movimentos

Nova Iguaçu

Prazeres

Rocinha

Santa Marta

São Gonçalo

Vila Kennedy

*\* Nomes mantidos em sigilo por razões de segurança*

## SOBRE ESTA PUBLICAÇÃO

### Editora

Anabela Paiva

### Fotos

1ª, 2ª, 3ª e 4ª capas: Bruno Itan

### Design Gráfico

Refinaria Design

## PARCEIROS NA COLETA DE DADOS

Defezap

Fogo cruzado

## REDE DE ENTIDADES APOIADORAS

Agência de Redes da Juventude, Anistia Internacional Brasil, Casa Fluminense, Comissão da Câmara Municipal de Acompanhamento da Intervenção, Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, Defensoria Pública Estado do RJ, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fórum Grita Baixada, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, Instituto de Estudos da Religião – ISER, Instituto de Estudos Sócio Econômicos – INESC, Instituto Pólen, Justiça Global, Laboratório de Análise da Violência – UERJ, Luta Pela Paz, Observatório de Favelas, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – MPF, Rede Nossas Cidades, Redes da Maré

## AGRADECIMENTOS

Adriano de Araújo, Alexandre Ciconello, Ana Clara Telles, Ana Paula Andrade, Ana Toni, Angelica Zamora, Antonia Pellegrino, Antonio Carlos Carballo Blanco, Aram Barra, Arthur Trindade, Átila Roque, Barbara Musumeci Mourão, Bebeto Abrantes, Betinho Casas Novas, Bruno Itan, Bruno Langeani, Buba Aguiar, Candido Mendes de Almeida, Carlos Minc, Carolina Wagner Moreira, Cecília Oliveira, Charles Siqueira, Claudio Nascimento, Daiene Mendes, Daniel Cerqueira, Diego Francisco, Doriam Borges, Edson Diniz, Edu Carvalho, Eliana Sousa Silva, Elizabeth Leeds, Fabio Amado, Fabio Chap, Felipe Cala, Fernanda Whately, Filipe dos Anjos, Flávia Oliveira, Guilherme Pimentel, Henrique Silveira, Iara Pietricovsky, Ibis Silva Pereira, Ignacio Cano, Itamar Silva, Ivan Marques, Jefferson Barbosa, Jessyca Liris, João Trajano Sento-Sé, José Antônio Moroni, Jota Marques, Juliana Garcia, Julita Lemgruber, Jurema Werneck, Leila Linhares, Leonarda Musumeci, Lidiane Malanquini, Lígia Batista, Lucia Cabral, Luis Henrique Nascimento, Luiz Eduardo Soares, Luna Arouca, Manoela Miklos, Marcela Lisboa, Marcelle Decothé, Marcelo Freixo, Marcus Faustini, Maria Isabel Couto, Maria Isabel Mendes Almeida, Marisa Vassimon, Mayara Donaria, OTT-RJ, Paolo de Renzio, Paul Heritage, Paula Napolião, Paula Poncioni, Pedro Abramovay, Pedro Prado, Pedro Strozenberg, Rafaela Albergaria, Rafaela Wiedemann, Rafael Ortman, Rafael Rezende, Raquel Willadino, Ratão Diniz, Raull Santiago, Regina Novaes, Renata Neder, Renato Lima, Renato Patrão, Ricardo Henriques, Robson Rodrigues, Rodrigo Pacheco, Rosilene Miliotti, Salvino Oliveira, Samira Bueno, Sandra Carvalho, Shirley Vilella, Tarcísio Lima, Thainã Medeiros, Thaynara Santos, Tiago Joffily, Valerie Tomsic, Vinicius Pierre, Viviane Salles, Wesley Teixeira e Yolanda Catão

Este projeto não teria sido possível sem o apoio da

**Open Society Foundations**

**Em memória de Marielle Franco,  
exemplo e inspiração para o Observatório da Intervenção**

# SUMÁRIO

---

- 4 320 dias de intervenção em números  
*Pablo Nunes*
- 
- 12 O “sucesso” da intervenção federal  
*Pedro Paulo dos S. da Silva*
- 
- 14 O saldo da intervenção: poucas entregas, muito a pagar  
*Walkiria Zambrzycki Dutra*
- 
- 16 Mudar o que se conta  
*Pablo Nunes*
- 
- 18 Um conselho para um observatório  
*Wesley Teixeira*
- 
- 20 Semear perguntas, plantar dúvidas  
*Anabela Paiva*
- 
- 22 Violência armada no Rio: somar para diminuir  
*Cecília Olliveira, Maria Isabel Couto e Olivia Kerhsbaumer*
- 
- 25 A intervenção federal: na Maré, mais do mesmo  
*Edson Diniz, Eliana Sousa Silva e Lidiane Malanquini*
- 
- 26 O assassinato de Marielle Franco atingiu os direitos humanos e a democracia no Brasil  
*Renata Neder e Lígia Batista*
- 
- 28 Baixada Fluminense: intervenção não trouxe mudanças capazes de reduzir mortes  
*Adriano de Araujo e Douglas Almeida*
- 
- 30 A Defensoria Pública e a intervenção federal: garantir direitos torna a sociedade mais segura  
*Pedro Strozenberg*
- 
- 32 O que aprendemos com a intervenção  
*Silvia Ramos*
-

# 320 DIAS DE INTERVENÇÃO EM NÚMEROS

Pablo Nunes, coordenador de pesquisa do Observatório da Intervenção

O que os dados contam sobre os dez meses da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro? Durante esses 320 dias, o Observatório monitorou operações policiais; dados sobre registros criminais oficiais, do Instituto de Segurança Pública (ISP); e números de disparos e trocas de tiros compilados pelo laboratório de dados Fogo Cruzado. O Observatório optou por analisar o período da intervenção por completo, agregando novos números a cada mês (em abril, por exemplo, comparamos o período de fevereiro a abril de 2018 com o mesmo período de 2017, e assim sucessivamente, até dezembro). Adotamos esse método na nossa primeira publicação e o mantivemos até este relatório final, para manter a confiabilidade dos nossos estudos. Veja a seguir a análise dos dados monitorados.

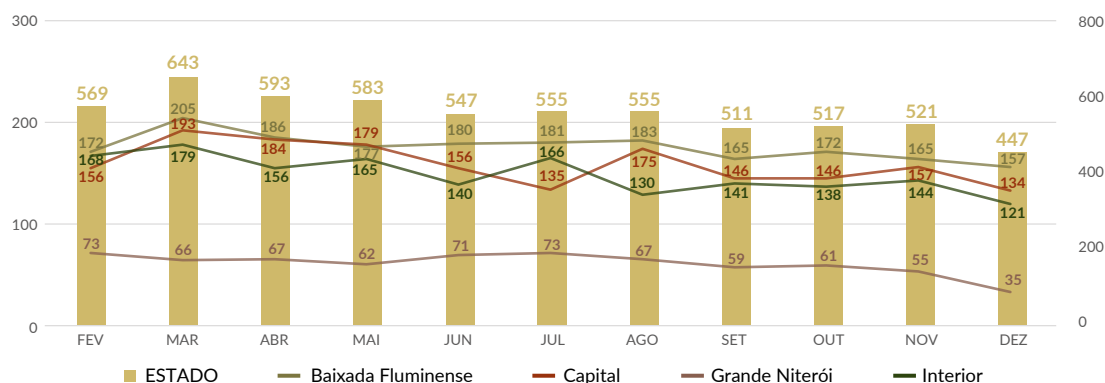
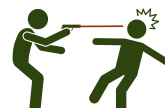
Veja detalhes sobre o monitoramento no texto "Mudar o que se conta", página 16

## Crimes contra a vida

Os números mostram que a intervenção federal não priorizou o combate à letalidade violenta. Anualmente, mais de 6 mil pessoas morrem no estado do Rio de Janeiro, por meio de homicídios dolosos, latrocínios, mortes por intervenção de agentes do Estado e lesão corporal seguida de morte – categorias que compõem o indicador letalidade. Durante a intervenção, 6.041 pessoas morreram de forma violenta no estado, uma redução de -1,7% em relação aos registros de 2017. As regiões que tiveram as maiores quedas de letalidade foram a Capital (-9,4%) e a Baixada Fluminense (-6,5%). No entanto, o Interior do estado registrou uma escalada de mortes, terminando a intervenção com 1.648 óbitos, valor +15,8% maior do que o registrado no mesmo período do ano anterior.

## Letalidade violenta

FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018



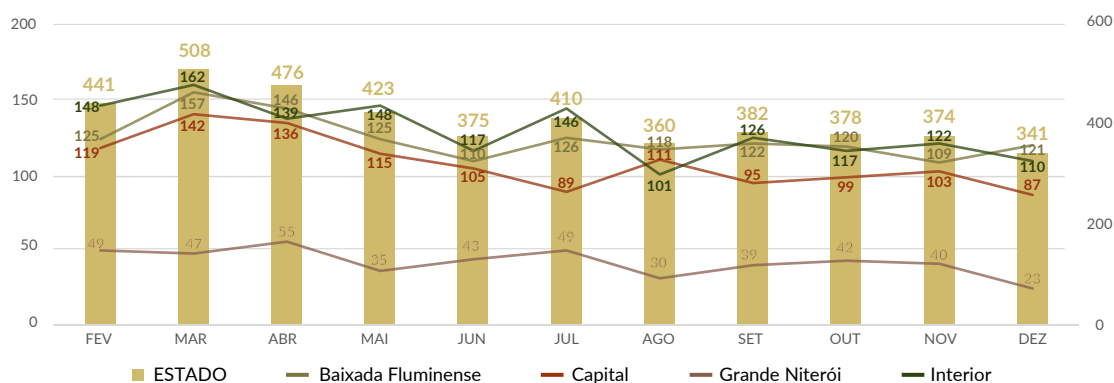
Fonte: ISP | Elaboração: Observatório da Intervenção

Dentre os tipos de morte violenta, os homicídios dolosos foram os que sofreram maior redução. Foram registrados 4.468 homicídios dolosos entre fevereiro e dezembro de 2018, valor -8,2% menor do que o observado em 2017. As maiores reduções foram na Baixada Fluminense (-18,6%) e na Capital e Grande Niterói, onde a ocorrência desses crimes diminuiu -12%. O Interior fluminense foi a única região a registrar aumento de +11,6% em relação ao ano anterior.



## Homicídios dolosos

FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018

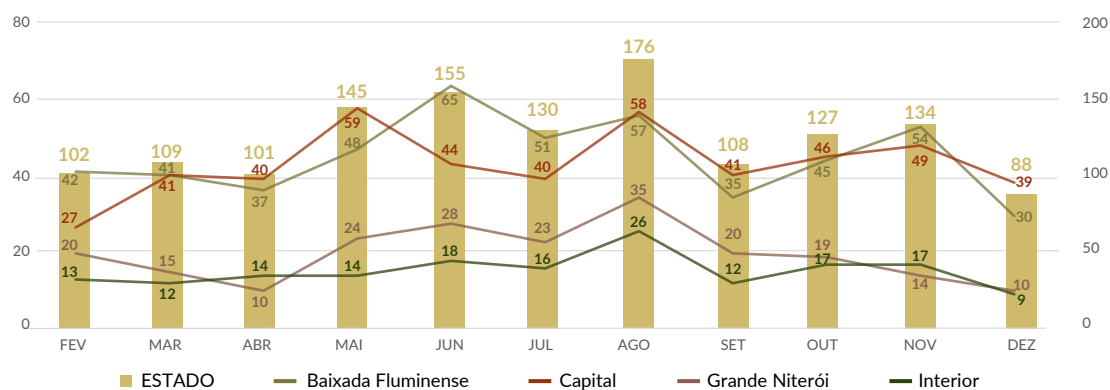


Fonte: ISP | Elaboração: Observatório da Intervenção

Das mortes violentas ocorridas no Rio durante a intervenção, 22,7% foram cometidas por policiais e militares. A título de comparação, dados publicados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 mostram que a proporção de mortes decorrentes de intervenções policiais em relação às mortes violentas intencionais no Brasil foi de 8,1% em 2017.

## Mortes por intervenção de agentes do Estado

FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018



Fonte: ISP | Elaboração: Observatório da Intervenção

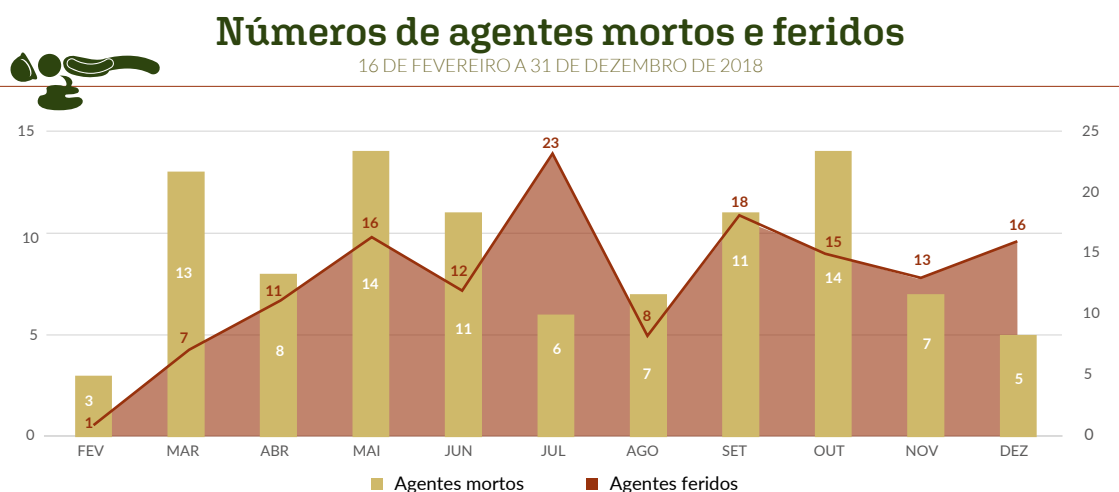
Foram 1.375 mortos de fevereiro a dezembro de 2018, valor +33,6% maior do que o contabilizado em 2017 no mesmo período. Nenhuma região do estado apresentou diminuição desses

registros. Na Capital, as mortes cresceram +1,9%; na Grande Niterói, o aumento foi bem maior: +47,3%. Mas foi na Baixada Fluminense e no Interior que ocorreram as maiores altas: +60,8% e +82,6%, respectivamente. As duas regiões responderam por quase metade (48,9%) de todas as mortes por agentes do Estado durante a intervenção.

As estatísticas de mortes violentas também incluem as vitimizações de agentes de segurança. Durante a intervenção, o Observatório contabilizou **99 agentes mortos** e 140 feridos. Segundo dados da Polícia Militar, o número de policiais militares mortos em 2018 (92 óbitos) foi o menor da série histórica. A Diretoria de Assistência Social atribuiu a redução a capacitações e **cursos ministrados internamente**. Apesar dos números serem menores do que os de anos anteriores, permaneceram em um patamar muito alto.

O Observatório errou: o infográfico de dezembro fazia menção a 103 agentes mortos, mas o número correto é 99.

Fonte: <https://globo/2Rrz9vq>. Acesso em 30 jan. 2018



Fonte: Observatório da Intervenção

Segundo o monitoramento do Observatório, entre os agentes vitimados, 75,7% pertenciam à Polícia Militar; 11,1% às Forças Armadas; e 5% eram policiais civis. A categoria de agentes do sistema penitenciário representa 4%; bombeiros perfazem 2% do grupo. Já os policiais federais e rodoviários federais, correspondem, cada um, a 1% do total. Grande parte desses agentes (41,4%) foram mortos em situações descritas como roubos seguidos de morte, os chamados latrocínios, e apenas 23,2% estavam em serviço. Brigas, vinganças ou execuções causaram 20,2% das mortes; em 15,1% dos casos, não conseguimos definir a dinâmica que resultou no óbito. Mais de 90% dos policiais militares mortos eram praças, como subtenentes, sargentos, soldados e cabos; no caso das Forças Armadas, soldados, sargentos, subtenentes e cabos também compõem a maioria dos mortos (mais de 80%). As mortes se concentram principalmente na Capital do estado (50%) e em outros municípios da Região Metropolitana, como Duque de Caxias (9%) e São Gonçalo (7%).

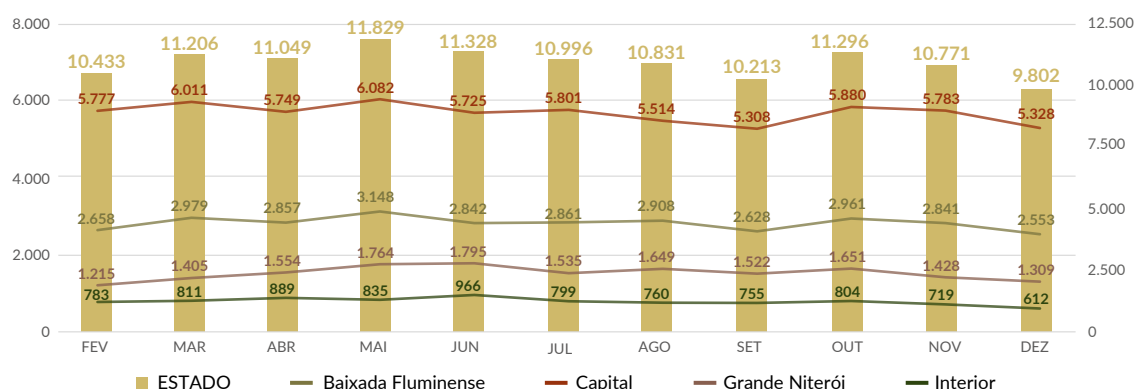


## Crimes contra o patrimônio

Durante o período em que vigorou, a intervenção voltou seus esforços para reduzir os crimes contra o patrimônio em geral, e os roubos de carga, em específico. De fato, esses indicadores apresentaram queda, mas é importante olharmos para as diferenças regionais e o comportamento desses registros no decorrer do ano de 2018. O indicador estratégico de roubos de rua (somatório dos registros de roubo a transeunte, roubo em coletivo e roubo de aparelho celular) se manteve no mesmo patamar de 2017, com uma pequena elevação de +1%. A Capital e a Baixada Fluminense reduziram os roubos de rua em quase 2%, mas a região da Grande Niterói e o Interior registraram aumento de +13%. Vale observar que estes são crimes que afetam intensamente o cotidiano e a percepção de segurança da população.

### Roubos de rua

FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018

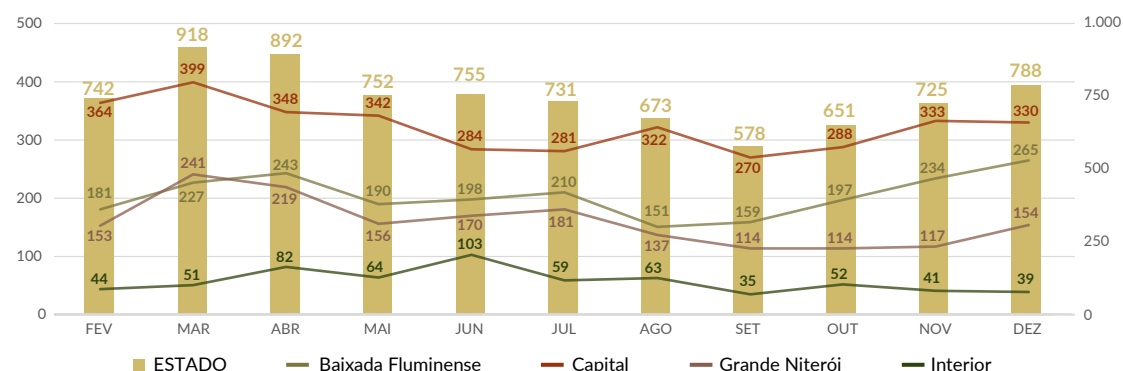


Fonte: ISP | Elaboração: Observatório da Intervenção

Os roubos de carga tiveram redução de -17,2% em todo o estado do Rio, especialmente na Capital (-29,5%) e na Baixada Fluminense (-23,6%). Novamente, Grande Niterói e o Interior do estado registraram aumentos de +19,1% e 46,5%, respectivamente.

### Roubos de carga

FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018



Fonte: ISP | Elaboração: Observatório da Intervenção

Como se pode notar, o movimento de reduções consecutivas nos registros iniciado em março foi interrompido ao final do ano. Os três últimos meses registraram aumentos consecutivos. Além disso, o último trimestre de 2018 também superou as ocorrências do último trimestre de 2017 (+4,3%), revelando que as estratégias adotadas pela intervenção para o combate dos roubos de carga (operações ostensivas, em sua maioria) não foram eficazes na manutenção da queda obtida entre abril e setembro de 2018.

## Apreensão de armas e munições

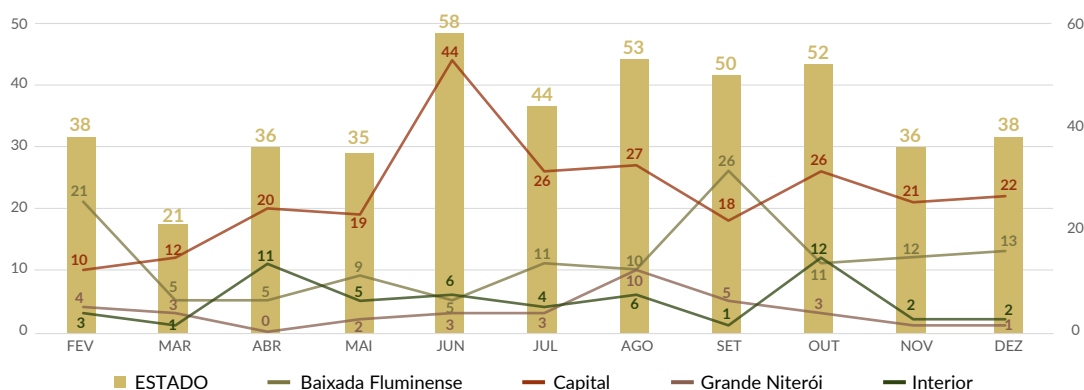
No que se refere à apreensão de armas, a atuação da intervenção também foi bastante tímida. Em comparação com 2017, o ano passado registrou um pequeno aumento de +1,3% nas apreensões de pistolas, revólveres, fuzis, metralhadoras e submetralhadoras. As armas longas (fuzis, metralhadoras e submetralhadoras) tiveram redução nas apreensões de -8,2%. Junho foi o mês em que mais armas longas foram confiscadas, com 58 dessas armas apreendidas. A alta foi puxada, principalmente, pela Capital, que concentra boa parte desse tipo de armamento. Cinco desses 58 fuzis foram capturados em uma operação da Polícia Civil na Baía de Guanabara, quando policiais interceptaram uma embarcação carregada de armas.

Fonte: <https://glo.bo/2Utv8sm>. Acesso em 30 jan. 2018



### Apreensão de armas longas

FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018



Fonte: ISP | Elaboração: Observatório da Intervenção

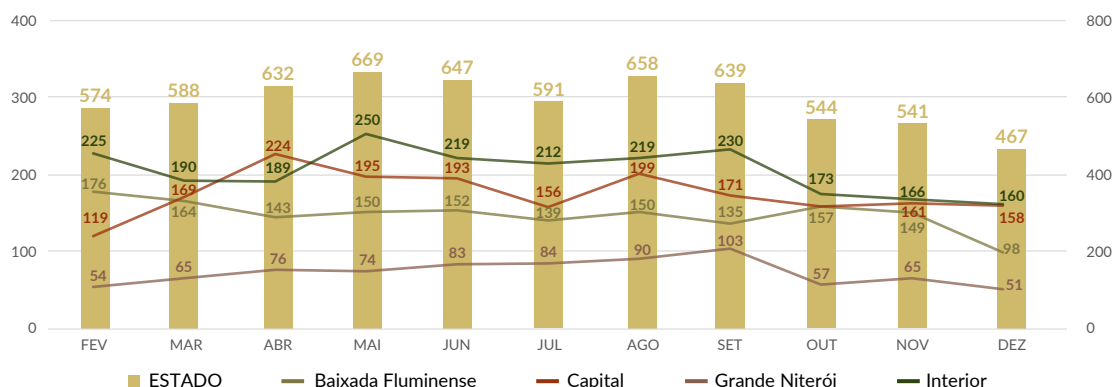
Por outro lado, as apreensões de armas curtas, ou seja, pistolas e revólveres, apresentaram uma pequena alta de +2%. As pistolas foram as armas mais confiscadas (+11%), em relação a 2017. Diferentemente do observado nas armas longas, as armas curtas foram mais apreendidas no Interior do estado, o que aponta para diferenças no comportamento do uso de armamento nessas duas áreas.

De forma completamente diferente das armas, as apreensões de munições tiveram expressivo crescimento durante a intervenção, totalizando +108,1% em relação a mesmo período de 2017. As regiões que registraram as maiores altas foram a Baixada Fluminense (+111,1%) e o Interior do estado (+108,1%). A Capital teve alta de +12,2% e a região da Grande Niterói, +9,3%.



## Apreensão de armas curtas

FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018



Fonte: ISP | Elaboração: Observatório da Intervenção

Os meses de fevereiro e agosto se destacam como os que tiveram as maiores apreensões. Fevereiro foi o mês com o maior registro de apreensão de munições da série histórica do ISP. Esses recordes se devem principalmente a operações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal na Via Dutra (BR-116) em fevereiro, em Seropédica, e em agosto, em Piraí.

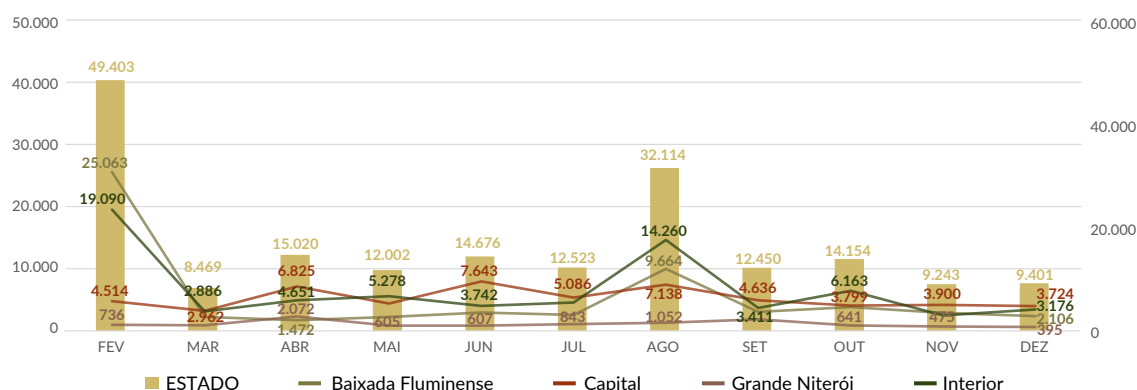
Fonte:  
<https://globo/2Wg1zMJ>.  
 Acesso em 30  
 jan. 2018.

Fonte:  
<https://globo/2UiHZNM>.  
 Acesso em 30  
 jan. 2018.



## Apreensão de munições

FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018



Fonte: ISP | Elaboração: Observatório da Intervenção

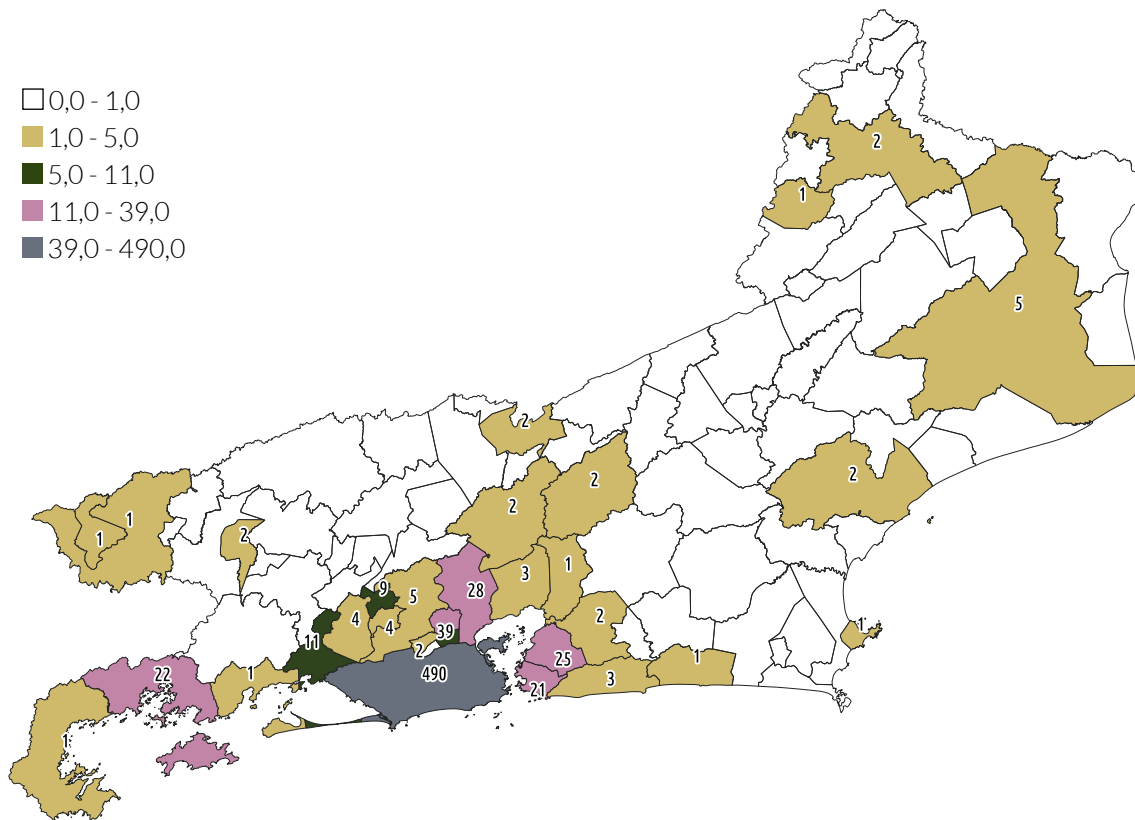
## Operações e tiroteios

Durante os 10 meses de intervenção, o Observatório monitorou e sistematizou dados sobre as operações ocorridas em todo o estado. Foram 711 operações e 221 ações de patrulhamento monitoradas, que impactaram 296 locais do Rio de Janeiro. Algumas áreas foram particularmente focalizadas pelas ações de segurança pública durante a intervenção, em especial as favelas da capital.

As operações monitoradas pelo Observatório da Intervenção se concentraram nos meses de maio a setembro, com o pico de atividade das forças de segurança em agosto, quando observamos 109 operações e 21 patrulhamentos. Uma das marcas da intervenção foram as operações conjuntas, realizadas por várias forças de segurança e mobilizando, em alguns casos, contingentes de milhares de

## Números de operações monitoradas durante a intervenção federal

16 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

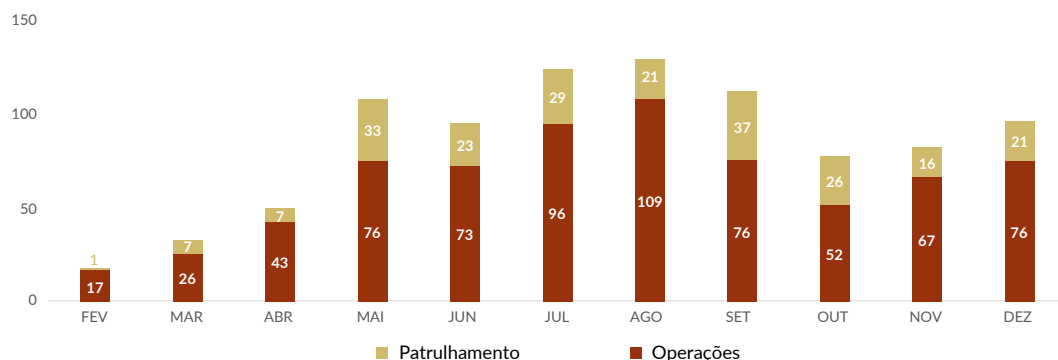


agentes. Entre as 711 operações analisadas, 220 foram conjuntas, ou seja, 30,9%. Nessas operações conjuntas, as Forças Armadas (29,8%), a Polícia Militar (29,6%) e a Polícia Civil (23,1%) foram as forças mais frequentes. Nas operações e patrulhamentos monitorados pelo Observatório, foram registradas as apreensões de **685** armas e **201** mortes.

O Observatório errou: o infográfico de dezembro fazia menção a 204 mortos e 715 armas apreendidas, mas os números corretos são 201 e 685 respectivamente.

## Operações e patrulhamentos monitorados

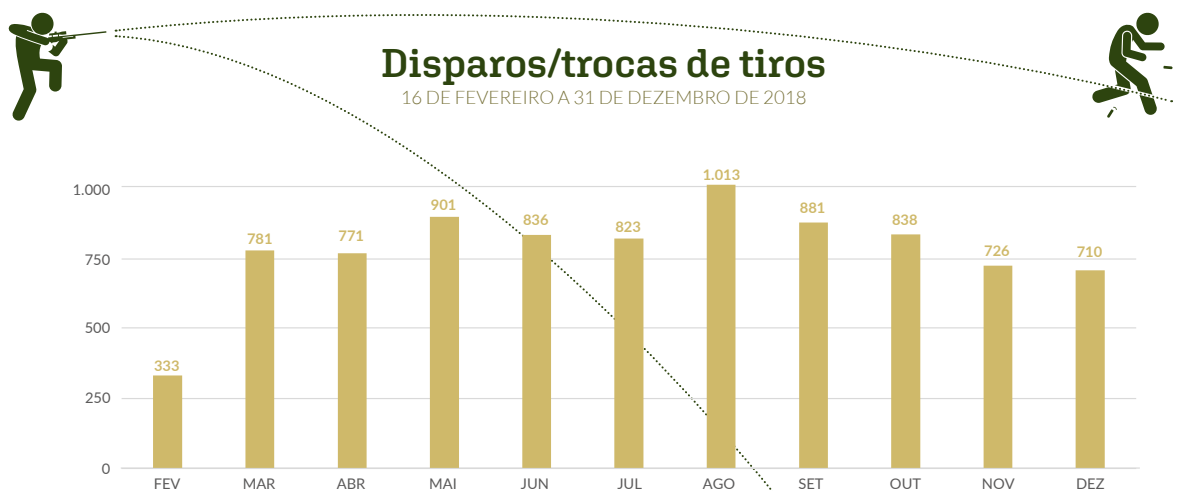
16 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018



Fonte: Observatório da Intervenção

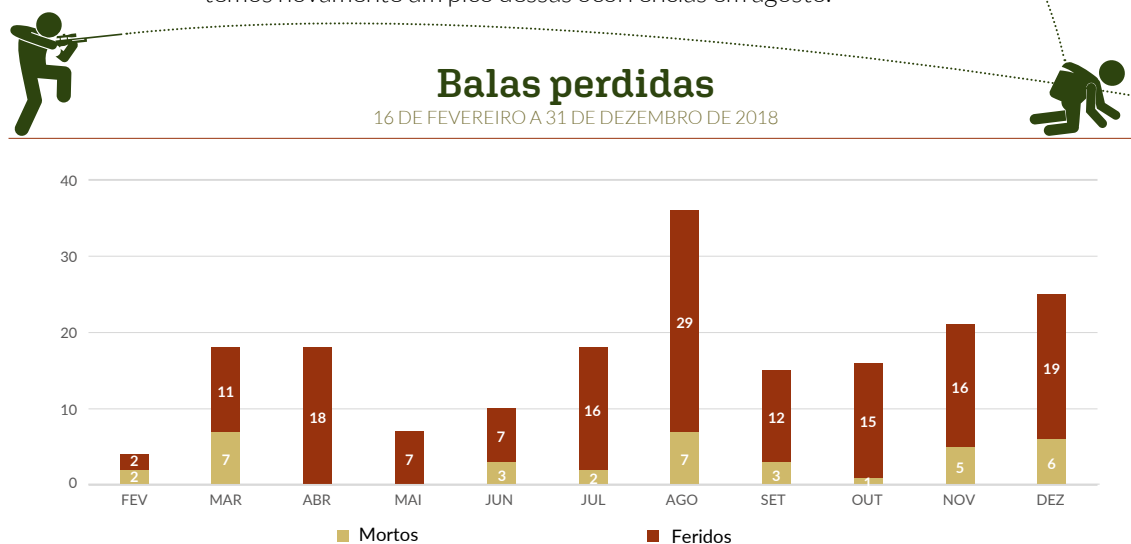


As operações policiais monitoradas parecem contribuir para o cotidiano de violência armada experimentado no Rio. O laboratório de dados Fogo Cruzado registrou um total de 8.613 tiroteios e disparos de armas de fogo durante a intervenção, um aumento de +56,6% em relação ao mesmo período de 2017. Os números coletados pelo Fogo Cruzado, quando comparados com as operações monitoradas pelo Observatório, revelam um desenho semelhante. Por exemplo: agosto foi o mês recordista em tiroteios (1.013) e também de operações.



Fonte: Fogo Cruzado

Os dados recolhidos pelo Fogo Cruzado mostram que o número de casos em que 3 ou mais pessoas foram vitimadas, as chamadas “chacinas”, aumentou durante a intervenção. Foram 54 chacinas registradas no período, com um total de 216 pessoas mortas, valor +63,6% maior do que o mesmo período do ano de 2017. O município do Rio de Janeiro registrou 19 chacinas, seguido de Duque de Caxias (6) e Belford Roxo (5). Além das chacinas, os casos de balas perdidas também foram mais frequentes, vitimando um total de 189 pessoas, das quais 36 morreram. Cruzando o número de vítimas de balas perdidas com os dados das operações monitoradas pelo Observatório, temos novamente um pico dessas ocorrências em agosto.



Fonte: Fogo Cruzado

# O “SUCESSO” DA INTERVENÇÃO FEDERAL

*Pedro Paulo dos S. da Silva, pesquisador do Observatório da Intervenção*

Em um estado como o Rio de Janeiro, onde ocorrem, em média, mais de seis mil homicídios por ano, seria de se esperar que a garantia do direito à vida fosse prioridade dos governos. Surpreendentemente, esse não tem sido o caso. No período da intervenção federal na segurança pública fluminense, os crimes contra o patrimônio, especialmente os roubos de cargas, foram os mais combatidos. Priorizou-se a propriedade privada e não a vida da população fluminense, particularmente aquela que reside em favelas e periferias. Essa afirmativa se embasa tanto pela diminuição de roubos de cargas, vis-à-vis o número de homicídios, que permaneceu alto, quanto pela falta de políticas públicas que objetivem a alteração deste cenário.

Assim, contra o discurso de “sucesso” da intervenção federal – o qual, em última instância, poderia incentivar a adoção desse modelo em outros estados – deve-se apontar que o Gabinete da Intervenção Federal (GIF) não apenas não foi bem-sucedido em aumentar a proteção da vida da população, como também acentuou problemáticas antigas no estado, como o histórico de confrontos armados que há décadas alimenta as estatísticas de mortes violentas no Rio. Foram vários os exemplos de megaoperações, com milhares de agentes que, muitas vezes, duraram dias, gerando insegurança, tiroteios e a suspensão de atividades rotineiras, como ir ao trabalho e a escola.

Chamada de “laboratório da intervenção”, a Vila Kennedy foi ocupada por dias pelas forças de segurança nos primeiros meses de 2018, e terminou o ano com crescimento de 17% nos homicídios dolosos e um aumento alarmante de 174% no registro de trocas de tiros ou disparos, segundo o Fogo Cruzado. Ademais, AISPs que vêm registrando elevação nos índices de letalidade violenta, com o passar dos anos, não foram contempladas pelo GIF com políticas de segurança pública que buscassem a proteção da vida da população residente nestes locais, como as de Jacarepaguá e da Costa Verde.

Áreas  
Integradas  
de Segurança  
Pública

A letalidade violenta é muito concentrada: 80% das mortes violentas ocorridas em 2018 se concentraram em apenas 18 AISPs das 39 existentes no Estado do Rio de Janeiro. Portanto, deve-se afirmar, enfaticamente, que essas localidades deveriam ter sido

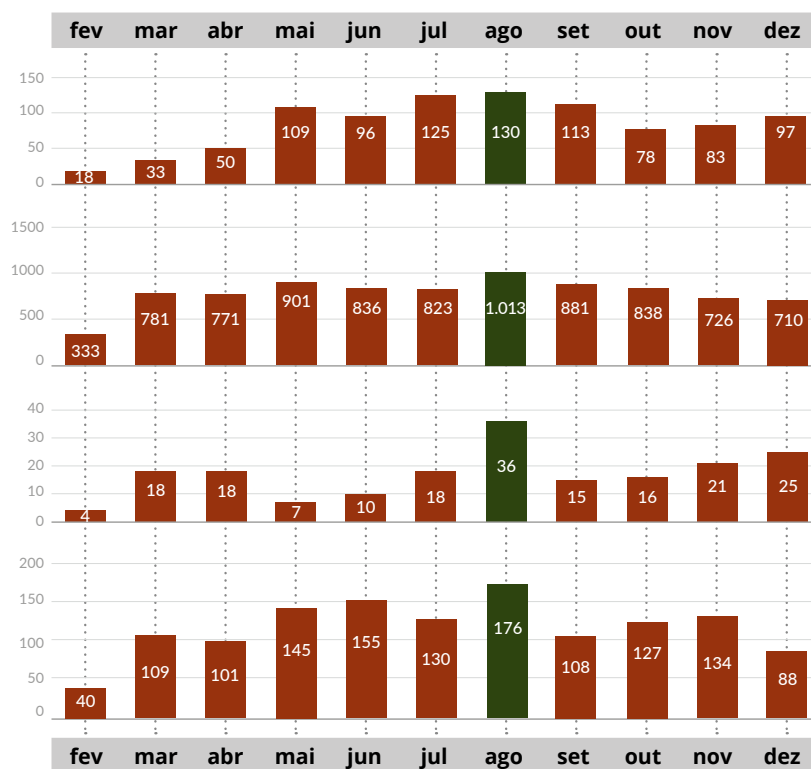
## Aumentos na letalidade violenta em relação ao ano anterior

AISP	2015	2016	2017	2018
Jacarepaguá (AISP 18)	+2,8%	+6,4%	+9,5%	+44,9%
Costa Verde (AISP 33)	+11,7%	+10,5%	+8,2%	+42,1%

Fonte: ISP | Elaboração: Observatório da Intervenção



16 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018



### Operações e patrulhamentos

Fonte: Observatório da Intervenção

### Tiroteios e disparos

Fonte: Fogo Cruzado

### Vítimas de balas perdidas

Fonte: Fogo Cruzado

### Mortes por intervenção de agentes do Estado

Fonte: ISP

Elaboração: Observatório da Intervenção

priorizadas, se as políticas de segurança pública no período da intervenção tivessem como finalidade a proteção da vida, com ações que combatessem a percepção, por parte de agentes públicos, de que certas populações podem ser mortas; melhorassem o controle na circulação de armamentos e munições; e atuassem contra a corrupção sistêmica nas polícias. Por fim, também é preciso agir com inteligência, ou seja, compreender quem, de fato, lucra com a violência, e reconhecer que estes, na sua maioria, não se localizam em favelas e periferias.

Na prática, o que se observou com a eleição dos crimes contra o patrimônio como foco da intervenção federal foi o aumento em mortes decorrentes da intervenção de agentes do Estado. O ano de 2018 atingiu um recorde histórico de mortes efetuadas por agentes de segurança pública (1.532 mortes, um aumento de 36% em relação a 2017) desde que o Instituto de Segurança Pública (ISP) começou a catalogar esses números. O mês de agosto é o melhor estudo de caso para observar essa conjuntura, dado que houve um recorde de operações, vítimas por balas perdidas e tiroteios. Assim, fica evidente que o modelo adotado pelo GIF foi o mesmo em voga no Rio de Janeiro há décadas, o qual tem como alicerces o confronto em regiões de maior “periculosidade” e os tiroteios que paralisam a vida de milhares de pessoas.

Por conseguinte, se deve questionar: para quem o discurso de “sucesso” da intervenção federal faz sentido? Pois, como demonstrado acima, é impossível falar de “sucesso” em favelas e regiões periféricas, devido ao altíssimo número de pessoas mortas pela polícia; o aumento exponencial do número de tiroteios; e, pelo fato dos interventores não terem priorizado a proteção à vida, repetindo erros históricos na segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

# O SALDO DA INTERVENÇÃO: POUCAS ENTREGAS, MUITO A PAGAR

Walkiria Zambrzycki Dutra, pesquisadora do Observatório da Intervenção

Durante dez meses, o Observatório da Intervenção acompanhou, mensalmente, a execução do recurso financeiro aprovado para a intervenção federal. O total autorizado pelo governo federal foi de R\$ 1,2 bilhão. No entanto, o Gabinete da Intervenção (GIF) executou somente cerca de 10% desse valor. Isso significa dizer que grande parte das empresas que forneceram os bens e serviços contratados pelo GIF ainda não foram pagas. Além disso, dos bens e serviços adquiridos com o recurso da intervenção, poucos foram entregues.

Para entender melhor os gastos da intervenção federal, o Observatório da Intervenção realizou o monitoramento a partir de duas fontes oficiais: o Sistema Integrado de Planeja-

mento e Orçamento (SIOP) e o Diário Oficial da União (DOU). Tais fontes nos permitiram acompanhar as três etapas de execução da Ação Orçamentária criada para a intervenção federal. A primeira delas é a dos valores **empenhados**, ou seja, recursos reservados para a compra de determinado bem ou serviço, ou o pagamento de salários. Logo após, seguem-se os valores **liquidados**, que correspondem a um bem ou serviço efetivamente entregue. A terceira etapa é a dos valores **pagos**, que indicam o pagamento dos credores.

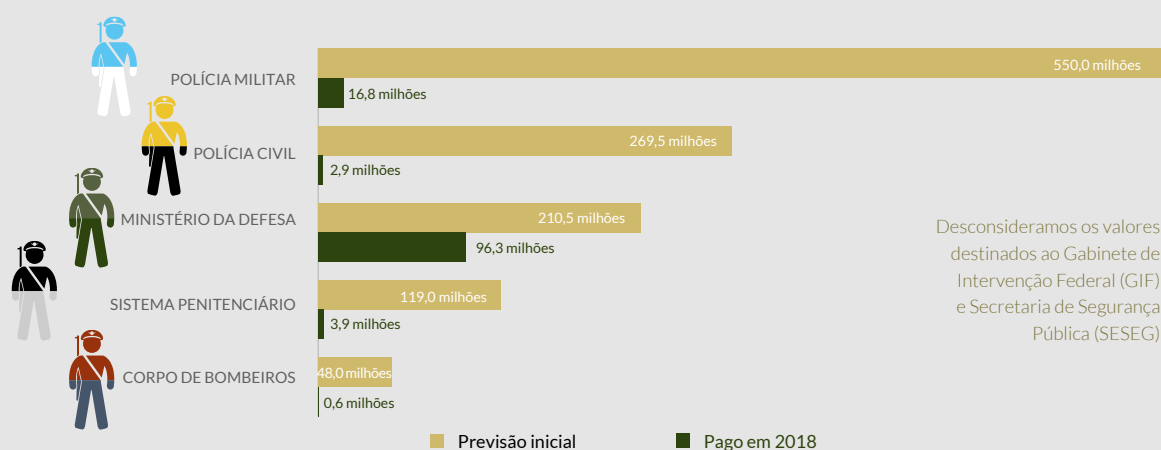
Durante esse monitoramento, o primeiro fato que nos chamou a atenção foi a divisão dos recursos da intervenção. O crédito federal não foi destinado exclusivamente aos órgãos

de segurança pública do estado fluminense; as Forças Armadas também foram contempladas. O planejamento orçamentário previu investimentos de cerca de 45% na Polícia Militar (PMERJ), 22% na Polícia Civil (PCERJ), 4% no Corpo de Bombeiros (CBMERJ), e aproximadamente 10% no Sistema Prisional (SEAP). As Forças Armadas (FFAA), por sua vez, tinham previsão de receber 17% do total.

Até o fim da intervenção federal, as forças citadas acima receberam apenas uma fração dos valores previstos. No entanto, surpreende que até o dia 31 de dezembro de 2018, a que tenha recebido mais recursos seja as Forças Armadas, beneficiada com um total de R\$ 96 milhões.

## Execução orçamentária da intervenção federal entre os órgãos envolvidos (R\$)

FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018



Fonte: Observatório da Intervenção a partir de dados do SIOP, atualizado em 9 de janeiro de 2019

Um segundo dado que nos chamou a atenção foi a falta de planejamento na execução orçamentária dos recursos. Os primeiros empenhos foram feitos somente no mês de junho, e os primeiros pagamentos só foram realizados em julho, ou seja, cinco meses após decretada a intervenção federal. Em novembro, a um mês do fim da intervenção, o Gabinete da Intervenção Federal (GIF) só havia empenhado 39% do orçamento. Até o dia 31 de dezembro, o Gabinete conseguiu empenhar 97% dos R\$ 1,2 bilhão. Mas a correria do último mês da intervenção incluiu nove

Apesar do esforço no empenho de 97% do total dos recursos da Intervenção, o valor efetivamente pago e liquidado foi de 10% desse montante. Ao fim da intervenção federal, foram pagos apenas R\$ 121 milhões dos R\$ 1,2 bilhão disponibilizados. Isso significa dizer que mais de R\$ 1 bilhão entrarão na conta “restos a pagar” no orçamento federal em 2019. A baixa execução do orçamento não pode ser justificada pela burocracia no processo licitatório. Decretada de maneira improvisada pelo governo federal, sem planejamento prévio, a medida colocou

policiais, são o principal gargalo dos governos estaduais na pauta da segurança pública. Mas o que foi adquirido de bens e serviços com esse valor?

A transparência na gestão da segurança pública ainda é um objetivo distante, tanto na esfera estadual quanto em nível federal. As informações sobre o planejamento (elaborado via diagnóstico, com objetivos e metas), a execução (tipo, quantidade e entrega dos bens e serviços) e a avaliação da efetividade dos investimentos feitos por ambos os níveis de governo em ações voltadas para a segurança pública são de difícil acesso ou, quando informadas, são incompletas. Durante a intervenção federal no Rio de Janeiro, esta continuou sendo a prática vigente.

Outro aspecto que merece destaque é a ausência de estratégias de monitoramento e avaliação das ações empreendidas pelo GIF durante o período da intervenção federal. Diante da expectativa de entrega dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2018, a sociedade civil não tem meios para monitorar o cumprimento dos contratos. Como a maior parte dos serviços contratados pelo GIF não foi amplamente divulgada, não é possível avaliar se essas aquisições irão promover a tão aguardada reestruturação dos órgãos de segurança pública estadual. Diante de tantas dúvidas sobre os resultados na experiência da intervenção federal no Rio de Janeiro, dificilmente podemos apostar na reprodução dessa medida em outros estados da federação.

## AO FIM DA INTERVENÇÃO FEDERAL, FORAM PAGOS APENAS R\$ 121 MILHÕES DOS R\$ 1,2 BILHÃO DISPONIBILIZADOS

dispensas de licitação, com destaque para a compra de pistolas da empresa norte-americana Glock no valor de 10 milhões de dólares.

Em geral, os processos licitatórios dos recursos da intervenção foram destinados à compra de bens e à prestação de serviços de engenharia nos hospitais e academias de polícia. Segundo informações divulgadas pela imprensa, foram adquiridos mais de 14 mil coletes de proteção individual. Dados levantados a partir do Diário Oficial da União revelaram que grande parte da compra de armamentos se deu por inegibilidade e dispensa de licitação. Segundo essa mesma fonte, o valor total dos contratos firmados para aquisição e manutenção de viaturas foi de cerca de R\$ 320 milhões.

comandantes das Forças Armadas à frente das instituições de segurança fluminenses, com a missão de em curto período de tempo planejar e executar o emprego de uma vultosa soma financeira.

No atual contexto de uma nova administração federal e estadual, estarão garantidos os pagamentos prometidos e a entrega dos bens contratados com os recursos da intervenção? A essa pergunta, adicionamos uma segunda. O GIF também se tornou ordenador de despesas do orçamento do governo do estado do Rio de Janeiro para a área de segurança pública – correspondente a R\$ 12 bilhões em 2018 (segundo a Lei Orçamentária Anual, LOA). Sabemos que as despesas com pessoal, principalmente os salários das forças



# MUDAR O QUE SE CONTA

*Pablo Nunes, coordenador de pesquisa do Observatório da Intervenção*

Há poucas cidades, estados ou países em que a coleta e a sistematização de grandes volumes de dados não seja uma realidade cotidiana na gestão pública. Informação é um ativo valioso, presente seja nas campanhas eleitorais, quando candidatos questionam políticas públicas dos adversários por meio de índices, seja no dia-a-dia da administração de uma cidade, localizando, por exemplo, os bairros em que as escolas apresentam rendimento inferior à média de uma região, entre outras utilidades. Mas é importante lembrar que as informações também são importantes para os cidadãos, que avaliam as políticas postas em prática e dão seu aval – ou não – para as políticas propostas em uma eleição.

No caso do Rio de Janeiro, a intervenção federal na segurança pública representou uma mudança no comando das polícias, mas manteve a regularidade e qualidade de produção de dados sobre segurança e violência no estado, através do trabalho do Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG). Os dados do ISP sobre crime e criminalidade continuaram

a ser produzidos regularmente, contrastando com a postura dos comandantes da intervenção, que em diversas oportunidades demonstraram certa impaciência com o escrutínio dos seus atos e se furtaram a comentar e prestar mais informações quando solicitados pela mídia ou pela sociedade civil.

O ISP, que é um instituto com excelência comprovada<sup>1</sup> na produção, análise e divulgação de dados sobre segurança pública, mantém há longo tempo diálogo com outras instituições, como o Ministério Público do Rio de Janeiro, o laboratório de dados Fogo Cruzado, o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS-Rio) e o Instituto Igarapé<sup>2</sup>. Certamente, essa relação próxima com a sociedade civil tem sido fundamental para que o trabalho do ISP seja referência para todos os estados brasileiros.

Mas as estatísticas produzidas pelo ISP não expressam toda a realidade cotidiana de violência no Rio. Algumas questões que impactam o dia-a-dia dos cidadãos ficam fora dos levantamentos oficiais. O fato é que existem experiências cotidianas que somente a sociedade civil consegue mensurar e

avaliar: o impacto na rotina dos moradores de uma operação policial com horas de duração; os padrões de conflito e disputas territoriais por grupos armados; e as denúncias de violações de direitos humanos, entre outros. Para monitorar e sistematizar estes aspectos da segurança pública, a produção de dados pela sociedade civil é fundamental, mesmo quando o governo se conduz com total transparência, porque a conjugação de dados de diversas fontes produz um retrato mais fidedigno do cotidiano de um estado.

Foi a partir dessa premissa que o Observatório da Intervenção criou sua metodologia de acompanhamento, sistematização e divulgação de dados sobre diversos aspectos da intervenção. O Observatório passou a fazer um levantamento, inédito até então no Rio de Janeiro, sobre as operações policiais, reunindo dados sobre local, número de agentes envolvidos, forças mobilizadas, mortos civis e policiais, feridos, presos e apreensões. Esse levantamento permitiu apontar a desproporcionalidade entre os investimentos feitos nas operações e a modéstia dos seus resultados.

<sup>1</sup> Em junho de 2018, o ISP recebeu o Selo de Transparência Institucional Sobre Dados de Homicídio, concedido pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ, por ter seu processo de consolidação e divulgação de dados de letalidade violenta em acordo com os critérios do Protocolo de Bogotá, estabelecido por especialistas mundiais no tema. O Rio de Janeiro foi o primeiro estado do Brasil a receber o selo. Fonte: <http://bit.ly/2SazOG4>. Acesso em 15 jan. 2019.

<sup>2</sup> "Presente e futuro do ISP: o uso de dados e evidências na segurança pública". Fonte: <http://bit.ly/2SityfH>. Acesso em 15 jan. 2019.

Fizemos ainda a leitura diária dos diários oficiais e acompanhamos os portais governamentais de pagamentos para entender os gastos da intervenção. Boa parte da nossa metodologia foi inspirada em outras iniciativas reconhecidas e premiadas internacionalmente, como o Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), o Gun Violence Archive e o Fogo Cruzado.

Durante os dez meses de Intervenção, nossos pesquisadores revisaram as informações de dezenas de fontes: as contas oficiais das polícias e de outros órgãos de segurança nas redes sociais, bem como do Gabinete de Intervenção (GIF); os principais jornais brasileiros e fluminenses; sites de jornais e mídias alternativas; páginas de bairros no Facebook; e uma rede de ativistas de diferentes favelas de toda a Região Metropolitana. Todas as informações foram confrontadas com diferentes fontes e só foram registradas depois da validação e da revisão da equipe.

Após o processo de consolidação e revisão, os dados foram divulgados na forma de relatórios e infográficos mensais. Baseados nos princípios da transparência, fornecemos todos os nossos bancos de dados à diferentes pesquisadores, jornalistas e estudantes que fizeram solicitação, nos apropriando também das críticas e sugestões dos solicitantes.

Uma das características da intervenção, que notamos nesse processo de monitoramento, foi a dificuldade de acesso a informações básicas do cotidiano da pasta de Segurança, como, por exemplo, os números de armas e drogas apreendidas em uma operação, e gastos com material, entre outras. Para contornar essas lacunas, realizamos solicitações via Lei de Acesso à Informação (LAI).

ENTRE 172  
SOLICITAÇÕES FEITAS,  
84 FORAM PARA OS  
ÓRGÃOS ESTADUAIS.  
DESTAS, APENAS 9  
FORAM RESPONDIDAS  
SATISFATORIAMENTE

Entre 172 solicitações feitas, 84 foram para os órgãos estaduais. Destas, apenas 9 foram respondidas satisfatoriamente. O descaso com a transparência é tão grande que ainda existem cinco solicitações em andamento que datam de maio e junho de 2018, mais de seis meses de espera. É bom lembrar que a LAI estabelece o prazo de 20 dias úteis, prorrogáveis por mais 10 dias, para a resposta do órgão público.

No que se refere à LAI, o cenário piorou. No dia 23 de janeiro de 2019, foi publicado

o decreto nº 9.690, que em linhas gerais modifica partes importantes da regulamentação da Lei de Acesso à Informação. O novo texto amplia o número de funcionários habilitados a classificar documentos como reservados, secretos ou ultrasecretos, o que pode significar um período de sigilo de até 25 anos. É uma medida que contraria as promessas de campanha do presidente eleito (combate à corrupção, abrir as “caixas-pretas”) e também vai de encontro a iniciativas e compromissos internacionais com os ideais de “Governo Aberto”<sup>3</sup>.

Os órgãos do poder público precisam superar sua falta de transparência, pois estar aberto ao escrutínio público é importante para o aperfeiçoamento de suas práticas e um princípio fundamental para uma democracia saudável. Os dados divulgados pelo ISP, apesar de sua importância e qualidade, ainda não abrangem todos os aspectos relevantes para a sociedade. Informações sobre estrutura dos batalhões ou o número de tiroteios, por exemplo, ainda não estão disponíveis. Mais uma razão para que a sociedade civil seja tratada como uma aliada na produção, sistematização e consolidação de dados, com o objetivo de construir, monitorar e avaliar políticas públicas baseadas em metodologias validadas e transparentes.

<sup>3</sup> O Brasil é o fundador da chamada Open Government Partnership (“Parceria para Governo Aberto”), lançada em 2011 e que atualmente congrega outros 73 países. Fonte: <http://bit.ly/2sPttRY>. Acesso em 28 jan. 2019

# UM CONSELHO PARA UM OBSERVATÓRIO

*Wesley Teixeira, articulador do Conselho de Ativistas do Observatório da Intervenção*

Após o decreto da intervenção federal no Rio de Janeiro, medida tomada pela primeira vez desde a Constituição de 1988, foi formado o Observatório da Intervenção a partir da iniciativa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC/Ucam), em parceria com outras organizações da sociedade civil ligadas à área de segurança pública e direitos humanos. Desde a sua criação, o Observatório contou com um conselho de ativistas de favelas, encarregado de dar subsídios para as análises e atuação da instituição.

A criação desse conselho de ativistas na estrutura do Observatório da Intervenção demonstrou claramente que não é possível falar sobre violência sem ouvir os principais afetados pelas políticas de segurança no Rio de Janeiro, os moradores de favelas e periferias, em especial a população negra. Ao criar o conselho, o Observatório ressaltou a importância das vivências para compreensão do contexto da violência. Da mesma forma, as questões relacionadas à saúde precisam ser pensadas com a participação de profissionais da saúde e pacientes; e os temas da educação devem ser avaliados ouvindo profissionais da educação, estudantes e responsáveis, mães e pais.

Na área de segurança pública é necessário dialogar com os profissionais da área, mas, fundamentalmente, com os principais afetados pela violência urbana, que são os moradores de favelas e periferias, em sua maioria negros e negras. Muitas análises e opiniões expressadas nesse tema são visões de fora, incompletas, e que nem sempre retratam a complexidade da realidade e não permitem que os sujeitos alvos das políticas produzam suas próprias narrativas.

Sem escuta ou participação, o Estado vem impondo há anos e anos, aos moradores de favelas e periferias, apenas políticas de segurança pública. Foi assim com as UPPs, com a ocupação da Maré pelo Exército e, agora, na intervenção federal. Há décadas, a política de segurança governamental tem como principal atividade os confrontos com o tráfico. Esses confrontos acontecem a qualquer momento e alteram o cotidiano dos territórios. Seus moradores convivem com o risco da morte cotidianamente e têm suas dinâmicas de vida alteradas, sem a certeza se conseguirão chegar ao trabalho, levar os filhos à escola, ir à universidade ou comprar um pão.

De início, havia dúvidas entre os conselheiros sobre qual seria o papel que nós, ativistas

de favelas e periferias, poderíamos desempenhar no Observatório da Intervenção. Seríamos utilizados como fontes de estudo e pesquisa? Qual seria a atuação do Observatório da Intervenção em relação às periferias que representávamos?

Logo nas primeiras reuniões, percebemos que o espaço era uma oportunidade para analisarmos aquele momento histórico, uma vez por mês, de forma coletiva, compreendendo melhor as movimentações, erros e acertos do comando da intervenção federal. Estabelecemos uma relação de profunda confiança entre nós e não demorou muito para entendermos que nosso papel era pautar as narrativas e dar materialidade aos dados apresentados pelos excelentes pesquisadores do Observatório da Intervenção. Eles produziam os dados, que para nós, conselheiros periféricos, eram fatos, histórias, pessoas com nomes e sobrenomes.

Essa junção entre a produção com metodologia acadêmica e a experiência vivida pelos corpos cotidianamente nos garantiu legitimidade e condições para disputar espaço na mídia tradicional. Mensalmente, o Observatório lançou boletins que uniam os dados às reflexões que surgiam nas reuniões do conselho de ativistas. Além





Shutterstock / Antonio Scorza

disso, estimulamos o debate na sociedade, através da participação em palestras e também nas redes sociais, como aconteceu com a produção e divulgação do vídeo “Quanto custa a intervenção?” uma grande interrogação, pertinente nesse processo.

Nosso Conselho de Ativistas, unindo diferentes gerações de moradores de favelas, ga-

nhou potência graças à diversidade de seus integrantes e ao enraizamento da atuação local de cada membro. Fomos para além da Capital e alcançamos regiões historicamente invisibilizadas, como os municípios da Baixada Fluminense e São Gonçalo. Continuaremos tecendo esta rede, pois somos nós, os que mais sofremos,

que podemos avaliar as reais necessidades dos moradores dos territórios afetados pela violência, e na troca de conhecimentos, gerar soluções que promovam transformações. Como mote, a frase da poetisa cearense Jesuana Prado: “Toda periferia é um centro, porque tudo é centro quando não há margens que oprimem”.

# SEMEAR PERGUNTAS, PLANTAR DÚVIDAS

Anabela Paiva, coordenadora de comunicação do Observatório da Intervenção

O anúncio da intervenção federal na segurança do Rio foi recebido com ceticismo pelos especialistas, mas com esperança pela população. Uma pesquisa realizada pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em março, mostrou que 76% da população carioca apoiava a medida. No campo da comunicação, esse apoio representou um desafio para o Observatório da Intervenção: como transmitir a esse público, ansioso por resultados positivos, nossos questionamentos sobre a intervenção?

Desde o início da medida, nos posicionamos contra o modelo comandado pelos gestores do Gabinete da Intervenção Federal (GIF), baseado em ações bélicas, e não nas mudanças estruturais que acreditávamos necessárias. Apesar dessa postura crítica, nesses dez meses, nunca abandonamos o rigor técnico na produção de

dados e análises. Conquistar o reconhecimento da imprensa e da sociedade para a qualidade desse trabalho e sermos identificados como vozes críticas e independentes, mas comprometidas com a informação, era outro desafio.

Entendemos logo que o caminho para questionar e comunicar de forma ampla era formular perguntas que poderiam ser feitas por qualquer cidadão. Afinal de contas, para que serve a intervenção? Quais são, de fato, os seus impactos? Nas redes sociais, criamos a série de **cards** intitulada “O Observatório da Intervenção pergunta”, em que questionávamos as ações ou a omissão dos interventores.

Pela forma como foi estruturado, como uma rede de instituições parceiras, aliada a um Conselho de Ativistas, o Observatório tornou-se um ponto de convergência de notícias sobre a intervenção e o

contexto de segurança pública. Nos encontros mensais do Conselho, que reuniam lideranças de favelas e de territórios de periferia da Região Metropolitana, ouvíamos relatos em primeira mão sobre como os moradores desses locais vivenciavam incursões policiais e militares. Monitorando a imprensa e as redes sociais, reuníamos informações sobre operações, mortes de agentes, chacinas. O Fogo Cruzado era fonte essencial de dados, assim como o Instituto de Segurança Pública (ISP).

Era preciso difundir esse conteúdo de forma ágil, sintética e atraente, condizente com a velocidade das comunicações nos dias de hoje. Produzimos, assim, sete infográficos, com dados, fatos e questionamentos, como “Cinco meses de intervenção federal: muito tiroteio, pouca inteligência” e “Mortes de policiais: quem se importa?”<sup>1</sup>. Os

<sup>1</sup> Veja os relatórios em <http://observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios/1/>



## O CONTEXTO DIFÍCIL E DESALENTADOR DA SEGURANÇA NO RIO PRECISA DE UM JORNALISMO QUESTIONADOR

infográficos eram sempre divulgados em torno do dia 16 – data do decreto que instaurou a medida – e traziam os dados sobre o mês anterior.

Enviados a jornalistas, pesquisadores, ativistas e formadores de opinião por listas de WhatsApp, esses infográficos funcionaram como um contraponto ao discurso oficial do Gabinete da Intervenção Federal. Seus dados e gráficos também foram adaptados para publicação no Facebook e Twitter.

Além dos infográficos, produzimos dois relatórios analíticos – este, nas suas mãos, é o terceiro da série. Um deles, intitulado “Vozes sobre a intervenção”, reuniu 46 depoimentos sobre a intervenção, de empresários a artistas, de policiais a líderes religiosos e até militares. Fizemos questão de incluir no volume convidados que se manifestaram

favoráveis à intervenção, indicando que reconhecíamos e dialogávamos com essas visões. Além de representar um apanhado de “vozes” sobre esse momento do Rio, a elaboração do relatório foi um meio de estabelecer interlocução com diferentes personalidades e instituições cariocas e fluminenses.

Parte importante do trabalho do Observatório foi manter diálogo permanente com a imprensa nacional e estrangeira. Além de suprir continuamente jornalistas com dados e análises, o Observatório trabalhou para incentivar uma cobertura independente, apontando lacunas nas reportagens e a adesão acrítica ao discurso oficial. Outro objetivo, nessa troca de dez meses, foi ajudar jornalistas a ampliar o número de fontes, indicando ativistas de favelas e de periferia para entrevistas.

Ampliar a diversidade de fontes é essencial para consolidar o jornalismo plural e qualificado de que precisamos para ampliar e aprofundar o debate sobre segurança pública no Rio de Janeiro. Apesar dos esforços dos repórteres, que trabalham com prazos exíguos, em redações cada vez mais enxutas, grande parte das notícias sobre violência, crime e segurança pública ainda se resume a informações e declarações de policiais, secretários e outros agentes públicos.

O contexto difícil e desalentador da segurança no Rio precisa de um jornalismo questionador, que não apenas reproduza o discurso oficial, mas ofereça pontos de vista divergentes e busque avaliações independentes sobre dados e versões. Temos no Rio de Janeiro, hoje, grandes jornalistas investigativos, que tem exercido um papel fundamental ao cobrar investigações, defender direitos e questionar as políticas em curso. Esperamos que, no futuro eles sejam cada vez mais numerosos.







# VIOLÊNCIA ARMADA NO RIO: SOMAR PARA DIMINUIR

*Cecília Olliveira, jornalista e idealizadora do Laboratório de Dados Fogo Cruzado; Maria Isabel Couto, doutora em sociologia urbana e especialista em gerenciamento de banco de dados e Olivia Kerhsbaumer, jornalista, analista de redes do Fogo Cruzado*

O ano de 2018 mal tinha começado e a sensação para nós, do Fogo Cruzado, era de que não seriam tempos fáceis. Já em 1º de janeiro, três policiais militares foram baleados<sup>1</sup> e quatro pessoas foram vítimas de bala perdida, entre elas uma criança de 7 anos. Em sete dias daquele novo ano, já tínhamos registrado quase metade dos disparos mapeados em todo o primeiro mês de 2017. Naquele momento ainda não havíamos descoberto algo que só saberíamos olhando em retrospectiva,

para dados acumulados: 2018, infelizmente, demonstraria a importância de um trabalho como o nosso de produção de dados a partir da sociedade civil para medir impactos de política públicas e servir ao controle externo dos governos.

Diante da generalizada sensação de insegurança no Rio de Janeiro, agravada pela cobertura midiática de um carnaval anunciado como “fora de controle” – mesmo em contraposição aos números oficiais divulgados pelo Instituto de

Segurança Pública –, em 16 de fevereiro de 2018 a União decretou intervenção federal de cunho militar sobre a segurança pública do estado. A decisão dividiu opiniões de ex-secretários de segurança e de especialistas da área, inclusive policiais. Dez meses e meio depois, um balanço da medida mostrou que a solução apresentada não era apropriada para resolver os problemas de violência e criminalidade no Rio, e que a violência armada se intensificou.

## A INTERVENÇÃO

O período da intervenção foi de sucessivos recordes. A média de tiroteios diários

foi subindo mês a mês: 25 em março; 26 em abril; e 29 em maio – até que, em agosto, al-

cançou a marca inaceitável de 33 registros de tiroteios/disparos de arma de fogo por dia.

<sup>1</sup> Acesse links para todas as notícias citadas na versão digital, em <http://observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>



Desde então, as médias mensais regrediram, mas continuaram em patamares ainda bastante superiores àqueles de 2016 e 2017 (respectivamente, 14 e 16 tiroteios/disparos diários).

Observando esses dados, percebemos que a intervenção não foi capaz de responder ao

medo da população de ser vítima de bala perdida, de ser ferido ou morto em um assalto ou de se ver em meio a um tiroteio, preocupação de 92% dos cariocas, segundo pesquisa realizada pelo Forum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha. Pelo contrário, a opção dos interven-

tores por políticas de enfrentamento ostensivo de grupos armados tornou-se parte do problema. Tanto é que os registros de disparos mapeados pelo Fogo Cruzado durante a intervenção aumentaram 57% em relação ao mesmo período de 2017.

## DO IR E VIR À EDUCAÇÃO: DIREITOS CIVIS FUNDAMENTAIS DESRESPEITADOS

O aumento significativo no número de tiroteios e disparos no Grande Rio trouxe consequências para o cotidiano das pessoas que aqui vivem e circulam. O impacto dos 8.613 tiros registrados durante a intervenção não se resume às estatísticas oficiais de crimes cometidos – em 83% dos registros de tiros não há vítimas e grande parte deles não são referentes a assaltos. Porém estes números têm reflexo também no direito de ir e vir da população, já que comprometem, quase diariamente, a circulação de trens, ônibus, BRTs, e VLTs às vezes por horas a fio. Dia sim, dia também, motoristas ficam parados, esperando a hora de circular por grandes avenidas sem o risco de serem atingidos.

No período da intervenção, registramos 60 tiroteios que duraram 2 horas ou mais, somando 262 horas e 41 minutos de disparos contínuos – destes, ao menos 31 casos foram decorrentes de operações policiais. Uma delas ocorreu numa segunda-feira, 20/08, nos conjuntos de favelas do Alemão, da Maré e da Penha. Nesta ocasião, no Complexo da Penha, os tiros começaram às 5 da manhã e terminaram depois das 20h.

Casos como esse tem impactos diversos, que comprometem o futuro de gerações. Em 2018, o Fogo Cruzado identificou que ao menos 170 instituições de ensino públicas da cidade do Rio estiveram próximas à linha de tiro

em horário escolar, um acréscimo de 204% em relação ao ano anterior, quando 56 escolas também tiveram registro de tiros em um perímetro de 100 metros de seu endereço. As escolas mais afetadas pela violência armada estão localizadas na Zona Norte da capital fluminense (62%), região onde Maria Gabriela Sathler, de 11 anos, foi ferida por bala perdida dentro da unidade escolar, em 25 de abril. No total, 4 pessoas foram atingidas dentro de escolas em 2018: 1 professor foi morto e 3 pessoas, feridas. O impacto disso vai muito além da abertura ou fechamento de instituições de ensino, afetando a capacidade de aprendizado e a saúde psicológica de professores e alunos.

## SOMAR PARA CONTRIBUIR

Os dois exemplos anteriores são apenas alguns dos impactos da violência armada para o cotidiano da população que não se expressam através de estatísticas criminais, geralmente utilizadas como únicos indicadores para mensurar o sucesso ou o fracasso de políticas de segurança. Foi nesse

sentido que, ao longo de 2018, demonstramos que a intervenção não se mostrava como resposta apropriada aos problemas de (in)segurança do Rio e defendemos que a produção de dados a partir da sociedade civil pode ser uma importante ferramenta de aprofundamento da democracia na medida

em que: (i) auxilia a pautar os problemas públicos levantando dados outrora inexistentes; (ii) amplia o controle externo sobre as ações de governos; e (iii) incentiva a construção de políticas mais participativas, inteligentes e efetivas.

Estamos aqui para somar.







# A INTERVENÇÃO FEDERAL: NA MARÉ, MAIS DO MESMO

*Edson Diniz e Eliana Sousa Silva, diretores da Redes da Maré, e  
Lidiane Malanquini, coordenadora do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da organização*

A intervenção federal na gestão da segurança pública no Rio de Janeiro foi apresentada, no início de 2018, como a solução para os altos índices de violência no estado e, particularmente, na capital. Esse anúncio gerou expectativas, preocupações e dúvidas, principalmente por ter sido divulgado sem que houvesse um plano claro do que seria realizado.

Em algumas favelas da cidade, como a Maré, havia a suspeita de que poderia ocorrer uma nova ocupação permanente das Forças Armadas, como a que aconteceu em 2015. A lembrança da passagem dos militares na ocupação das 16 favelas na Maré não é boa. Isso porque o que se verificou, à época, foi que a presença militar, por um período de 14 meses, resultou em gastos de quase 600 milhões de reais e, mesmo assim, não resolveu qualquer questão do campo da segurança pública no local. Pelo contrário: os problemas de relacionamento entre militares e a população da Maré mostraram-se incontornáveis, sobretudo, diante das ações, muitas vezes, truculentas das Forças Armadas.

Em pesquisa realizada pela Redes da Maré junto aos moradores sobre a atuação do mi-

litares, 22% dos entrevistados afirmaram ter vivenciado situações de confrontos armados entre os militares e integrantes de grupos civis armados; 47% disseram que a presença das Forças Armadas não aumentou a sua sensação de segurança; e 76% dos moradores consideraram a atuação do Exército entre péssima e regular.

A intervenção federal de 2018, contudo, não se caracterizou pela ocupações de favelas. O uso das Forças Armadas nessas áreas aconteceu de forma pontual, por meio de operações da Polícia Militar e/ou Civil. A participação dos militares aconteceu como apoio tático às ações policiais.

No total, durante a intervenção federal, foram realizadas 14 operações policiais na Maré. Dessas, apenas três contaram com a presença das Forças Armadas, atuando em suporte às polícias. O fato relevante, porém, é que, justamente, durante essas três operações, foram registrados 42% dos homicídios ocorridos na Maré em 2018.

É possível concluir que, apesar de um envolvimento menor das Forças Armadas nas operações policiais na Maré, as ações seguiram um padrão de letalidade alto. O que demos-

tra, claramente, que não houve mudança na forma de atuação das polícias.

É o caso, por exemplo, da operação policial realizada no dia 20 de junho de 2018. Só neste dia, sete pessoas morreram, entre elas o menino Marcos Vinicius, a caminho da escola. Esse foi o dia também em que o helicóptero da polícia civil efetuou mais de 100 disparos de arma de fogo – contados pela equipe da Redes da Maré –, colocando em risco a vida de milhares de pessoas ao atingir ruas, casas e escolas.

O fato é que a intervenção federal manteve o mesmo padrão de violência e letalidade das operações policiais realizadas na Maré historicamente. A intervenção, tampouco, estabeleceu parâmetros para se garantir o direito à segurança pública nas favelas e periferias da cidade.

Por isso, entendemos que uma política de segurança pública comprometida com a defesa da vida deve ser pautada por ações de inteligência, investigação rigorosa e respeito aos direitos humanos. Só assim poderemos transformar o Rio de Janeiro em um lugar mais seguro, humano, justo e que garanta o direito à vida para todos os cidadãos.

# O ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO ATINGIU OS DIREITOS HUMANOS E A DEMOCRACIA NO BRASIL

*Renata Neder, coordenadora de Pesquisa da Anistia Internacional Brasil e Lígia Batista, pesquisadora da Anistia Internacional Brasil*

Na noite do dia 14 de março de 2018, Marielle Franco foi morta a tiros no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro, quando voltava de carro de um evento no qual palestrava. Outras duas pessoas estavam no veículo no momento do crime: o motorista Anderson Gomes, que também morreu na hora, e uma assessora de Marielle, que sobreviveu.

Marielle Franco, carioca nascida e criada na favela da Maré no Rio de Janeiro, tinha 38 anos de idade e atuava há mais de dez anos defendendo os direitos humanos de jovens negros, mulheres, moradores de favelas e pessoas LGBTI. Denunciava também as execuções extrajudiciais e outras violações de direitos cometidas por policiais e agentes do estado. Marielle foi a quinta vereadora mais votada nas eleições de 2016, iniciando seu primeiro mandato em janeiro de 2017. Também era a relatora da Comissão Representativa da Câmara de Vereadores, criada para monitorar a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, decretada em 16 de fevereiro de 2018.

Embora as investigações estejam sob sigilo, algumas informações veiculadas pela imprensa e divulgadas pelas autoridades indicam que o as-

sassinato de Marielle Franco foi cuidadosamente planejado; um crime sofisticado e que, muito provavelmente, contou com a participação de agentes do Estado e de integrantes das forças de segurança.

A munição utilizada no assassinato de Marielle seria de calibre 9mm, de uso restrito no Brasil, e pertenceria ao lote UZZ-18 da Polícia Federal, extraviado há alguns anos. Munição desse mesmo lote teria sido utilizada em uma chacina em São Paulo em agosto de 2015. Essa chacina vitimou pelo menos 23 pessoas em Osasco e Barueri, entre outras localidades, e contou com a participação de policiais que seriam parte de um grupo de extermínio.

Embora inicialmente tenha sido divulgado que a arma utilizada era uma pistola 9mm, veio à público a informação de que, na verdade, seria uma submetralhadora HK-MP5, de origem alemã, também de uso restrito e não muito comum no Brasil. Cinco unidades de submetralhadoras deste mesmo modelo teriam desaparecido do arsenal da Polícia Civil, segundo um recadastramento feito em 2011.

Algumas câmeras de segurança, parte do sistema que alimenta o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) do Rio de Janeiro, focadas es-

pecificamente no local onde aconteceu o assassinato, teriam sido desligadas às vésperas do crime.

Notícias relataram que podem ter ocorrido negligências e procedimentos equivocados nas perícias necessárias, a saber: ausência de raio-X dos corpos de Marielle Franco e Anderson Gomes, possivelmente por falta de equipamento em funcionamento; e armazenamento inadequado do carro, que teria ficado exposto indevidamente.

Veio à público também a informação de que um grupo de matadores de aluguel chamado “Escritório do Crime” seria o responsável pela execução do assassinato. Este grupo contaria com a participação de policiais da ativa e ex-policiais. Em janeiro de 2019, algumas pessoas acusadas de fazer parte deste grupo foram presas, nenhuma delas por participação no assassinato de Marielle.

Mais de dez meses depois do assassinato, há muitas perguntas sem respostas, muitas informações desconstruídas divulgadas pela imprensa, e um enorme silêncio das altas autoridades sobre o caso. O sigilo das investigações não pode ser confundido com o mutismo das autoridades, que devem, sim, prestar contas à



sociedade sobre como estão atuando no caso.


O assassinato de uma defensora de direitos humanos e vereadora não é apenas um ataque a uma pessoa. É um ataque aos direitos humanos e às instituições democráticas como um todo. Quando assassinaram Marielle Fran-

co, não queriam apenas silenciá-la. Queriam gerar medo entre aqueles que defendem os direitos humanos, queriam interromper um processo de transformação social. Para que este assassinato não se concretize nessa espiral de temor e silêncio, o Estado brasileiro deve garantir que

o caso seja solucionado e que as investigações cheguem aos verdadeiros executores e mandantes e à real motivação deste crime. Garantir justiça para o assassinato de Marielle é um passo fundamental para proteger os direitos humanos e a institucionalidade democrática no Brasil.







# BAIXADA FLUMINENSE: INTERVENÇÃO NÃO TROUXE MUDANÇAS CAPAZES DE REDUZIR MORTES

*Adriano de Araujo, coordenador executivo do Fórum Grita Baixada  
e Douglas Almeida, coordenador de Mobilização da Casa Fluminense*

O histórico de violência na Baixada Fluminense é amplamente conhecido desde a década de 70. A região integra treze municípios, que apresentam algumas das maiores taxas de densidade demográfica do Estado e os mais baixos índices de desenvolvimento humano. Raras vezes recebeu investimentos em políticas públicas de maior impacto social.

Por essa razão, não é de se estranhar o ceticismo com que muitos receberam o anúncio da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio. Afinal, a atuação de grupos de extermínio e de milícias e a repetição de chacinas há décadas são conhecidas pelos moradores da Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo, essa descrença conviveu com a esperança de outros, que viam na intervenção a possibilidade do início de uma ação inteligente de enfrentamento às estruturas enraizadas da violência.

Concluída a intervenção federal, o sentimento generalizado é o de que quase nada de positivo aconteceu e, conseqüentemente, a violência em nada diminuiu, a despeito dos milhões gastos e do uso político que se buscou fazer em torno da medida governamental.

Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram que a redução de 19% dos homicídios em 2018, comparados a 2017, não impediu que a Baixada Fluminense registrasse a maior letalidade violenta (índice que reúne homicídios dolosos, mortes por intervenção de agentes do Estado, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) do estado do Rio. Foram 2.142 mortes em 2018. Desse total, 75% das vítimas eram negras e pardas, 91% do sexo masculino.





Se olharmos exclusivamente para o número de pessoas mortas por agentes do Estado (ou seja, por policiais) os números são muito preocupantes. Nunca o Estado matou tanto. E isso se deu justamente durante a intervenção federal. Foram 545 pessoas mortas entre janeiro a dezembro de 2018. Um aumento de quase 60% em comparação ao mesmo período de 2017.

Os baixos percentuais de investigação e resolução dos crimes contra a vida contribuem para esse cenário. Um levantamento do Instituto Sou da Paz de 2015 mostrou que, no estado do Rio de Janeiro, de cada 100 ocorrências de homicídios dolosos, apenas 12 geraram denúncias na Justiça. A Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF) precisa aumentar a taxa de elucidação de crimes na região, e isso passa pela melhora da sua estrutura física e de seus corpos técnicos, além de vontade política. Além disso, é importante que o Instituto de Segurança Pública (ISP) divulgue de maneira mais detalhada os dados sobre investigação de crimes contra a vida.

A valorização da inteligência na segurança pública precisa sair do discurso e ser colocada em prática, dando prioridade à proteção da vida. É inaceitável o aumento no número de disparos de armas de fogo registrado em 2018. É possível reverter essa tendência, reduzindo os confrontos nas periferias, como a Baixada, e estimulando o policiamento baseado em ações de inteligência para desarticular grupos armados.

A política de segurança pública deve ser entendida como mais do que o uso da força policial, mas como uma política com ações preventivas em sua origem, que entenda as juventudes negras, de favelas e territórios periféricos não como alvos, mas como os vetores da potência de renovação e vitalidade que uma Baixada menos desigual demandará.

# A DEFENSORIA PÚBLICA E A INTERVENÇÃO FEDERAL: GARANTIR DIREITOS TORNA A SOCIEDADE MAIS SEGURA

*Pedro Strozenberg, ouvidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro*

Logo nos primeiros dias após o Decreto estabelecendo a intervenção federal na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, em nota, expressou sua preocupação com a adoção desta medida extrema. Resutando aproximadamente dez meses do encerramento de dois governos completamente depauperados institucionalmente, a intervenção parecia representar mais uma manobra eleitoral do que uma resposta efetiva ao cenário de violência do Estado, que apesar de grave, estava longe de indicar uma situação incomum no Rio.

A intervenção que surpreendeu os fluminenses, em plena quarta-feira de carnaval, foi marcada pelo seu caráter militar. No aniversário de 30 anos da Constituição, o Governo Federal optou pela adoção de uma política de confronto, privilegiando o incremento do poderio bélico e a recorrente afirmação de um território a ser “resgatado” – combinação que historicamente, no Rio, tem significado a ampliação da letalidade e a supressão de direitos da população, em particular a sua parcela mais pobre, residente em favelas e periferias do Estado.

Duas providências básicas foram adotadas pela Defensoria Pública. Primeiro, reforçar os procedimentos jurídicos antidiscriminatórios, ou seja, promover ações que evitassem medidas oficiais criminalizadoras de territórios e das populações mais vulnerabilizadas, tais como os mandatos de busca e apreensão genéricos. O segundo compromisso foi estar próximo aos territórios populares, reconhecendo a necessidade da presença das instituições de proteção e promoção de Direitos nestes espaços.

Desta forma, a defesa incondicional das prerrogativas legais e a aproximação e diálogo com organizações públicas e da sociedade civil, inclusive e especialmente destes territórios, orientou um formato de atuação desafiador.

Duas iniciativas concretas merecem destaque nesta agenda durante o período da intervenção. A primeira foi a atuação da Defensoria em relação à acusação de que participantes de uma festa em Santa Cruz seriam integrantes da milícia. Nesta ocasião, 159 pessoas foram presas, na imensa maioria de forma abusiva, como posteriormente foi demonstrado. A Defensoria atuou exigindo

o cumprimento das regras constitucionais e a garantia de Direitos, tanto nos espaços jurídicos, quanto na imprensa, e contrapondo-se ao discurso preconceituoso, que associa o território à produção da violência, justificando tratamentos desiguais, dependendo de endereço, cor da pele ou idade.

Esta ação, por mais básica que possa parecer, significou para estas pessoas – e seus familiares – a preservação da vida e da dignidade, enfrentando a lógica do punitivismo insequente, que seleciona suas vítimas com base no território onde residem e características étnicas e sociais, produzido por parcela das forças de segurança, com aval de parte do sistema de Justiça, do governo federal e da mídia. Pouquíssimas instituições se manifestaram nesta ocasião, que foi um marco na atuação da Defensoria nesse período.

Uma segunda ação foi o Circuito de Favelas por Direitos, que levou mais de 60 defensores públicos a diferentes favelas da Região Metropolitana do Rio, ao lado de parceiros de outras instituições públicas e da sociedade civil, para juntos assumirem a empreitada de manter um calendário, permanente e intenso, de presença e escuta –





Bruno Itan

diferenciada e qualificada – nos territórios de favelas. Seu sentido foi ajudar a romper a invisibilidade e silêncio em relação aos abusos ocorridos nestas localidades, buscando, mais do que coletar denúncias, produzir empatia e solidariedade entre aqueles que falam e escutam.

Esse trabalho ambicioso, liderado pela Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, recolheu aproximadamente 500 relatos individuais, posteriormente sistematizados em uma matriz das violações mais referidas pelos moradores. O trabalho articulado e, sobretudo, o contato regular com os moradores destes territórios, foi de grande valor durante o período da intervenção, mas também tem potencial para definir

novos tempos para a Defensoria no futuro. Uma sociedade realmente democrática deve compreender que, quanto mais os direitos forem garantidos, mais segurança teremos.

O relatório parcial do Circuito de Favelas por Direitos foi entregue ao Ministério Público, ao Gabinete da Intervenção e à Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. O documento, que trouxe recomendações para a mitigação deste contexto violento e opressivo, também chegou às autoridades nacionais e aos integrantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, além de organizações da sociedade civil, academia e movimentos sociais.

Ao fim do período da intervenção federal, apesar da

qualificação e da seriedade dos gestores militares à frente da Segurança, ficou patente que os resultados alcançados foram frustrantes para boa parte da parcela da população.

Apesar da gradual redução dos índices de roubo de carga e de veículos e da autonomia e valorização do Instituto de Segurança Pública (ISP) – que devem ser louvadas – as marcas deste período são o aumento da letalidade policial (a mais alta da série histórica), o assassinato ainda não esclarecido da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Silva; o alto custo financeiro desta operação e a precária interlocução com sociedade civil e academia.

São tempos, ainda, de solavancos na agenda da segurança.



# O QUE APRENDEMOS COM A INTERVENÇÃO

*Silvia Ramos, coordenadora do Observatório da Intervenção*

## 1.

A intervenção correspondeu a um gesto político de um governo em fim de mandato e sem legitimidade (de Temer) sobre outro governo nos estertores e sem legitimidade (de Pezão).

## 2.

O Rio vivia uma crise na segurança no Carnaval de 2018, mas já havia vivido crises anteriores, inclusive piores. Os problemas de segurança em si não justificariam uma medida de exceção, que reduz o poder de governadores eleitos e impede votações de reformas constitucionais no Congresso.

## 3.

O Brasil enfrentará outras crises de violência e criminalidade nos próximos anos. A experiência no Rio de Janeiro mostrou que a alternativa “intervenção federal de caráter militar” não deve ser copiada. A medida não resolveu problemas estruturais e acentuou o caráter bélico e letal das respostas na área de segurança.

## 4.

A intervenção no Rio permitiu o acordo de empréstimo da União ao governo do Estado, essencial para a superação da crise financeira em que o Rio se encontrava desde 2016. A pergunta é: o empréstimo, as cláusulas de condicionamento e a integração com órgãos federais não deveriam ter ocorrido antes que os salários dos servidores fossem suspensos por quase um ano?



## 5.

A entrada de generais no comando da segurança pública foi recebida com esperança por boa parte da população. Mas o uso reiterado de tropas do Exército Brasileiro em crises de segurança produz o risco de desgastar a imagem das Forças Armadas. Além disso, o modelo intervencionista, custoso e insustentável a longo prazo, mostrou-se pouco efetivo diante de instituições policiais locais que necessitam de reformas estruturais, combate à corrupção e choque de eficiência em inteligência.

## 6.

A PMERJ vive em estruturas do século 20, dentro de grandes quartéis. Os boletins de ocorrências (BOPM) são preenchidos em papel; as viaturas não contam com sistemas de localização e monitoramento; a distribuição de armamentos e munições nos batalhões é feita manualmente, em salas sem câmeras; não existe um software que associe cada policial à sua arma e às munições requisitadas. Todas essas rotinas deveriam corresponder a sistemas digitais de gerenciamento de armas e munições.

## 7.

A modernização da estrutura arcaica da PM do Rio é exequível, mas não se realizou durante a intervenção, cujo comando não investiu recursos nessa área. Escolas, postos de saúde e programas sociais se modernizaram nas últimas décadas: é difícil encontrar uma unidade de ensino no país em que as notas dos alunos não estejam em um sistema informatizado, compartilhado pela rede de educação. Por que os batalhões do RJ continuam a usar métodos de gestão que gastam muito efetivo, têm menor eficiência e mais possibilidades de erros e corrupção?

## 8.

A PCERJ, a despeito de ter passado por uma mudança profunda a partir de 1999, com o Programa Delegacia Legal, não criou uma cultura investigativa e de inteligência para suas delegacias. As distritais são cartórios de registros de ocorrência e raramente se envolvem na investigação de crimes que incidem naquelas áreas. Os delitos considerados importantes são transferidos para as especializadas. A Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro amarga uma das menores taxas de elucidação do Brasil. As escalas de trabalho praticadas em diversas delegacias (24h x 72h) não são adequadas à investigação, e sim ao serviço burocrático. As unidades de perícia, os Institutos Médicos Legais, estão sucateados.



## 9.

A criação de sistemas permanentes de integração entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e Guarda Municipal não foi objeto dos investimentos no pacote de R\$ 1,2 bilhão concedido pelo governo federal. Os gastos se concentraram em aquisição de armas, munições, coletes e viaturas.

## 10.

Os dez meses de intervenção foram marcados por casos traumáticos, que até o seu encerramento ficaram sem elucidação e sem uma palavra oficial dos militares. As chacinas da Rocinha, da Cidade de Deus e da Maré; e as mortes e denúncias de tortura na operação de 20 de agosto de 2018, quando tropas do Exército entraram em confronto direto com criminosos no Complexo da Penha (oito mortos, entre eles três militares do Exército) ficarão na memória da cidade como novos exemplos das políticas irracionais e ineficientes de emprego das polícias na guerra ao varejo das drogas nas favelas e bairros populares.

## 11.

Os crimes contra a vida não diminuíram de forma consistente nos dez meses de intervenção. O RJ continuou com mais de 6 mil mortes violentas por ano. O aumento de 33,6% de mortes por ação de agentes do Estado é uma mácula para os militares que comandaram a intervenção. O número inaceitável de mais de 1.500 mortes em resultado de ações policiais e militares durante o ano de 2018 é uma marca chocante, que exige a reformulação das políticas e práticas policiais para alcançar o maior dos objetivos: a preservação das vidas.

## 12.

A redução dos roubos de cargas e de veículos, resultantes do sufocamento de áreas com alto índice de crimes contra o patrimônio, não deveria ser um indicador usado para propagandar o “sucesso” da intervenção. As operações foram caras (algumas custaram mais de R\$ 1 milhão). Além disso, fizeram aumentar o número de tiroteios. A sustentabilidade da redução dos roubos é duvidosa, pois houve pouco investimento na desarticulação de gangues de receptadores das cargas.



### 13.

O número de regiões dominadas por facções do crime e grupos de milícia, com presença ostensiva de fuzis, não diminuiu. Atualmente, não só as favelas cariocas vivem sob o jugo de grupos armados ilegais. Essa prática se expandiu para bairros da Baixada Fluminense, São Gonçalo, Região dos Lagos e áreas do “interior” do Estado, como Costa Verde e outras.

### 14.

A redução das mortes de policiais durante a intervenção foi um aspecto positivo, que alterou uma curva crescente nos últimos anos. A diminuição de mortes fora de serviço correspondeu a um programa da PMERJ intitulado Percurso Seguro, que incluiu treinamento dos seus integrantes em ocorrências de roubo, mapeamento de áreas de risco e prevenção no trajeto casa-trabalho.

### 15.

É possível reduzir a violência e as mortes no Rio. Para isso, é necessário: a) priorizar a elucidação de homicídios e a prisão de grupos de extermínio; b) controlar o ingresso de armas e munições antes que cheguem às quadrilhas; c) reduzir drasticamente os tiroteios nos bairros, começando pela orientação de que a polícia não faça operações pouco efetivas e letais em áreas populares, que colocam em risco milhares de vidas; d) alterar a resposta automática de criminosos e policiais, que atiram “preventivamente” e perguntam depois; e) realizar campanhas de desarmamento entre jovens em escolas, igrejas e centros culturais de periferia.

### 16.

O Rio precisa de políticas que coloquem a vida em primeiro lugar. A intervenção foi uma chance perdida de estabelecer essa prioridade e mudar o contexto da segurança pública no estado.









ROGUES



## REALIZAÇÃO



OBSERVATÓRIO DA  
INTERVENÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

[www.observatoriodaintervencao.com.br](http://www.observatoriodaintervencao.com.br)

## INSTITUIÇÕES APOIADORAS



PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - MPF / COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - ALERJ  
COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DA INTERVENÇÃO

## PARCEIROS DE PRODUÇÃO DE DADOS



## APOIADORES

